

# Da escravidão à servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil

**Fernanda Sousa Duarte**  
**Ana Magnólia Mendes**

O presente artigo tem o objetivo de discutir as relações entre a regionalização da Clínica Psicodinâmica do Trabalho – uma das abordagens clínicas surgidas na França da Psicologia do Trabalho – e características sociais, históricas, culturais e econômicas do trabalho no Brasil a partir de apontamentos sobre a produção científica em Clínica do Trabalho no país desde 1994.

O texto é parte da dissertação de mestrado “Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho: entre as clínicas da cooperação e das patologias” (2014) da

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 3 | ABRIL | 2015 | ISSN: 2358-6311



primeira autora sob a orientação da segunda e se divide em sete seções: Mundo do Trabalho, onde versamos brevemente sobre a história do trabalho no mundo ocidental; Trabalho no Brasil, em que tratamos das particularidades da constituição do trabalho contemporâneo no país; Psicodinâmica do trabalho, seção em que abordamos os pressupostos teóricos e o surgimento dessa abordagem; Psicodinâmica do Trabalho no Brasil, parte do texto voltada para ilustrar a apropriação brasileira da abordagem; Clínica do Trabalho, onde expomos as conceituações dessa prática; Clínica do Trabalho no Brasil, em que apresentamos os resultados do estudo bibliométrico junto à discussão sobre esses; e Considerações finais.

## MUNDO DO TRABALHO

Atualmente é possível conceber um mundo sem o trabalho? Pode-se dizer hoje que a sociedade ocidental não só trabalha para (sobre)viver, mas também vive para trabalhar. A educação formal é voltada para a formação profissional e inserção no mercado trabalho, o desemprego se tornou motivo de medo e o emprego uma via de afirmação da identidade e um modo de se incluir não só economicamente, mas também socialmente. O trabalho sempre foi atividade essencial para que o homem pudesse sobreviver frente à natureza, impondo-se sobre ela e transformando-a pelo uso do corpo e do intelecto humano (MARX, 2005).

Desde a Antiguidade até os dias atuais, a concepção de trabalho passou – e vem passando – por diversas mudanças. Na Grécia e na Roma Antiga o termo trabalho sequer existia: o que existiam eram termos para designar os homens livres – e, portanto bons, os *honestiores* – e os homens que realizavam as atividades laboriosas, os escravos, considerados inferiores, os *humiliores*. Na Roma Antiga, especificamente, o escravo não era considerado sujeito de direito, mas propriedade produtora de *labor*.

A história da escravidão remonta, entretanto, a um período provavelmente anterior à Antiguidade Clássica, porém sob a mesma lógica. Ao produzir meios para combater a natureza, o homem também iniciou o confronto com outras tribos e, ao invés de despendar da vida dos inimigos pela morte, os vencedores acreditavam que empregar as forças desses para servi-los e realizar os trabalhos laboriosos que ninguém em sua comunidade queria fazer seria muito melhor (REIS, 2007).

Mesmo sem um termo que o definisse na época, o trabalho era considerado atividade vil e indigna, causador essencialmente de sofrimento em detrimento do ócio, pai da felicidade e filho da liberdade (CHAUÍ, 2013). Para alguns filósofos antigos, como Sócrates e Platão, o trabalho era a degradação do homem livre, mas também acreditavam que só através do trabalho é que se podia desfrutar o

avanço de sua sociedade. Dessa maneira, chegaram a defender a escravidão como meio de garantir sua liberdade para dedicar-se a atividades “mais elevadas”, como praticar esportes e legislar.

A etimologia latina da palavra trabalho, por exemplo, faz alusão a este como tortura e sofrimento – advindo do termo *tripalium* que designava um instrumento romano para intervenções veterinárias, que na Idade Média acabou por tornar-se um instrumento de tortura (BONZATTO, 2011).

Com a forte influência judaico-cristã, a concepção de trabalho na Idade Média é de que se trata de uma atividade imposta à humanidade como castigo: “Maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida. Com o suor de teu rosto comerás teu pão, até que retornes ao solo, pois dele foste tirado” (GN, 3: 17-19). Com essa passagem, nota-se a intrínseca relação sugerida pela Bíblia entre o nascimento da humanidade e a história do trabalho.

Com o passar do tempo, entretanto, o trabalho passou a ser visto de outras maneiras. Para Napoleão Bonaparte, quanto mais seu povo trabalhasse, menos vícios existiriam, e esse seria uma trava nobre para as paixões corruptoras do homem. A partir do Século XVIII, filósofos, economistas e burgueses passaram a

cantar o trabalho como o pai do progresso. O trabalho passava, então, a ser considerado como uma bênção.

Hoje, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) em seu artigo XXIII “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Assim o trabalho, antes visto como dever e sofrimento inevitável, passa a ser representado como direito que garante a dignidade do homem. Como o trabalho visto como tortura e sofrimento se tornou categoria tão central na sociedade ocidental, uma vez que desde seu berço, na Grécia, o trabalho já era visto como atividade menos nobre enquanto o ócio era celebrado?

O “direito à preguiça” (LAFARGUE, 2000), ao ócio criativo como presente da liberdade, se tornou um crime pelo qual todos são julgados e o trabalho foi santificado e se tornou dogma. Da visão judaico-cristã, passou-se para a visão do protestantismo. Para Weber (1967), a negação do ócio e a exaltação do trabalho como edificante vieram junto com o advento da ética protestante. De acordo com o autor, é a partir dessa ética que o trabalho passa de castigo divino a um chamado de Deus para empregar as virtudes que dele o ser humano recebeu. E “coincidindo” com as origens do capitalismo esse *ethos* foi fator determinante para a construção da racionalidade capitalista ocidental moderna, reforçando-a com

bases em uma esfera religiosa que não condena o lucro e a usura. É permitido e recomendável trabalhar mais para investir mais para então... trabalhar mais.

O capitalismo teve suas origens na passagem da Idade Média para a Idade Moderna (WOOD, 2001) quando a urbanização e o renascimento comercial fizeram surgir na Europa uma classe social em busca do lucro por intermédio de atividades comerciais: a burguesia. A Revolução Industrial ajudou a consolidar ainda mais o sistema do capitalismo, e o império do capital cresceu em todo o mundo.

Esse sistema econômico trouxe a possibilidade de vender a força de trabalho, de realizar o aluguel do humano para que alguns poucos pudessem se enriquecer na ociosidade à custa do trabalho do pobre. Afinal, não se paga a natureza pela sua matéria-prima, mas depois que um produto é trabalhado, o que se pode fazer além de vendê-lo?

Para Karl Marx (2005), no volume 2 de O Capital, o trabalho em si não é mau ou bom, não é *tripalium* ou dádiva. Para ele o trabalho está atravessado por complexas relações e dessa forma ele pode se tornar sem sentido, um meio ao invés de um fim. O grande produto do capitalismo é a mais-valia e, dessa forma, ser produtivo não significa uma sorte e sim o azar da servidão voluntária, da

venda de sua força, de seu corpo e de seu intelecto, uma vez que nenhuma dessas dimensões prescinde da outra – não existe trabalho essencialmente intelectual ou essencialmente braçal.

Paul Lafargue (2000) acreditava assim como Marx que dessa venda da força produtiva advinha uma série de problemas para essa mesma classe, fazendo alusão ao “azar” de ser produtivo:

o proletariado, traindo os instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Rude e terrível foi sua punição. Todas as misérias individuais e sociais mereceram de sua paixão pelo trabalho (LAFARGUE, 2000, p. 3).

Para Lafargue, essa servidão mostrava um proletariado corrompido pela moral capitalista e cristã.

Apesar da ênfase no direito à preguiça e nas mazelas do trabalho no contexto capitalista do final do século XIX, Lafargue acreditava que o trabalho era um condimento de prazer da preguiça, sendo uma paixão útil ao organismo social se “apreciado com moderação”, e Marx também observava não só as negatividades do trabalho como também sua positividade, que estaria na possibilidade do

homem transformar a si mesmo e a natureza a partir do engajamento de seu corpo e intelecto de maneira singular na realização de tais tarefas.

Albert Camus, filósofo e escritor francês do século XX, observou que o capitalismo organizou o trabalho e reposicionou-o na sociedade – e vice-versa – e retomou o mito de Sísifo para explicar a condição humana afirmando que tal qual a vida de Sísifo, condenado a carregar uma enorme rocha ao topo de uma montanha de onde ela sempre deslizava de volta ao sopé desta como punição, a vida do homem moderno se resumia a uma repetição sem sentido próprio, determinada por instâncias como a religião e o sistema capitalista, modos de pensar que se impõe ao indivíduo sem que ele participe da estruturação do seu próprio modo de vida. Segundo o filósofo, o trabalho na modernidade foi esvaziado de sentido e se tornou de fato um meio e não um fim conforme disse Marx. Para Camus (2008, p. 86), “o operário de hoje trabalha todos os dias em sua vida, faz as mesmas tarefas. Esse destino não é menos absurdo, mas é trágico quando apenas em raros momentos ele se torna consciente”.

À época de Camus, a organização científica do trabalho e outros modos de organização do trabalho já se espalhavam não só pelas fábricas como também a diversos outros tipos de trabalho. Nos anos seguintes a Revolução Industrial deu lugar à Revolução da Informação e as mazelas prioritariamente do mundo do



trabalho europeu se espalharam por todo o mundo com o advento da globalização.

A necessidade de se recontar a história do trabalho que foi sendo construída por pensadores nascidos no berço do capitalismo cresceu conforme os avanços da globalização (VAN DER LINDEN, 2009). Além dos azares do capitalismo, tantas outras nações ainda tinham um acúmulo de séculos de exploração e colonização. Uma história que sempre foi vista pelo ponto de vista das dos europeus pouco falava do que aconteceu do lado de cá do Atlântico desde que o capitalismo iniciou seus avanços sobre nossas terras e nossos povos.

Longe da realidade do Brasil que, no começo do século 20 figurava como um país prioritariamente dedicado ao trabalho no campo, a história do trabalho no mundo foi escrita eurocentricamente. Enquanto a história do trabalho em países colonizadores é contada especialmente pelos modos de produção e suas revoluções, no Brasil é impossível negar que essa história deve ser contada a partir de suas características relações de trabalho e as tensões com os modos de produção.

## TRABALHO NO BRASIL: DA ESCRAVIDÃO À SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

A chamada pré-história do trabalho, que faz alusão à escravidão, não é tão antiga ou está de página virada. Pode-se dizer que a história do trabalho no Brasil vai da escravidão à servidão voluntária em um curto espaço de tempo. Caio Prado Junior (2006) em A História Econômica do Brasil ressalta três fases importantes nas relações de emprego para compreender o trabalho no Brasil: a escravidão no período colônia, a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre no fim do século XIX e a nacionalização da força de trabalho no período da industrialização.

Prado Junior (2006) frisa que as relações de trabalho características do tempo de colônia deixaram cicatrizes tão profundas que ainda hoje são visíveis, especialmente no âmbito do trabalho agrícola e rural. O Brasil como colônia tinha a função de gerar excedentes ao Império Português, e para tal o trabalho escravo e o tráfico destes como mercadoria humana foram essenciais para o sucesso desse empreendimento imperialista, assim como a manutenção de grandes propriedades fundiárias e a monocultura de exportação. Com o foco na produção agrícola – de pau-brasil e de açúcar – o trabalho do indígena brasileiro se tornou inviável primeiro pela resistência do índio ao trabalho de agricultura e depois pela proibição da escravidão desses pela Igreja Católica.

Dessa maneira o tráfico de escravos africanos se projetou como um grande mercado de produção de excedentes tanto para os traficantes quanto para os senhores desses escravos, um negócio lucrativo para ambas as partes, menos para os negros. Em adição, a maioria dos portugueses que vinham ao Brasil não tinha terras e não buscavam trabalho e sim uma maneira fácil de fazer riqueza, o que os colocava para viver à sombra de coroneis, fortalecendo assim o sistema patriarcal da sociedade colonial (PRADO JUNIOR, 2006).

Com a crise do sistema escravista no século XIX em função de diversos fatores como a pressão pelo fim do tráfico negreiro e do trabalho escravo por parte da Inglaterra, o escravo se tornou mercadoria escassa e conseqüentemente mais cara, obrigando os latifundiários do café da parte Sudeste do Brasil a comprar escravos do Nordeste que teve sua economia enfraquecida pela mesma crise. Dessa maneira o debate sobre a Abolição da Escravatura foi feito pelos portugueses e brasileiros livres e a resistência e luta dos próprios escravos foi negligenciada por diversos historiadores brasileiros, sendo pouco comentada. A luta dos negros pelos seus direitos, pela sua liberdade, muitas vezes foi caracterizada socialmente como rebeldia e insubordinação (LUPION, 2006).

A escravidão foi abolida por lei em 1888, 66 anos depois da declaração da independência do país em relação a Portugal, contudo a vinda de imigrantes

européus como os italianos proporcionou uma abertura para que a elite cafeeira mantivesse uma mão de obra por um sistema nem de servidão nem de assalariamento, mas de colonato – relação de trabalho não-capitalista, adaptação do trabalho livre ao regime servil. O colono trabalhava nos cafezais e tinha direito a produzir para sua subsistência em uma pequena parte do latifúndio, o que, contudo, não bastava para que os colonos tivessem lucro eles mesmos, além do fato de eles serem vistos como inferiores pelos donos da terra.

Com a Abolição da Escravatura e o uso da mão de obra livre vinda da Europa, os negros recém-libertos perderam o espaço que lhes era imposto no mundo do trabalho. Apesar de alguns escravos já estarem engajados em trabalhos livres – os chamados escravos de ganho, que eram remunerados – o trabalhador negro foi excluído do novo projeto de trabalho no Brasil muito mais em função do preconceito racial do que da falta de capacitação desse trabalhador (LUPION, 2006). O mercado de trabalho brasileiro se formou com base nos trabalhadores negros recém-libertos, nos imigrantes europeus e em um “elemento nacional”: os negros fugidos, os brancos livres e pobres e os mestiços. Entretanto ressalta-se que os senhores das terras não viam esses últimos como potencial mão-de-obra, capacitada e incapaz da vadiagem.

Com a industrialização do Brasil a partir de 1930, essa mão de obra nacional foi incluída. É nesse período que começa a surgir a categoria do trabalhador urbano, e o país que nasceu da exploração de suas lavouras e outras matérias-primas recebe outros tipos de organização do trabalho, porém sem que as cicatrizes da exploração colonialista se apagassem (PRADO JUNIOR, 2006): sem reforma agrária, os grandes latifúndios permaneceram, a elite fundiária ainda tem fortes influências na política do país e conseqüentemente ainda há muitos trabalhadores e trabalhadoras que quando não se submetem a um regime de trabalho análogo ao da escravidão, se submetem ao do subemprego ou da precarização pelo terror de reviver a exclusão de não ser parte da classe de operários produtivos da sociedade capitalista.

A servidão voluntária encontrou terreno fértil no Brasil, uma terra em que até a libertação dos escravos veio como ordem de seus senhores. Não carregamos apenas o peso das mazelas atuais e mundiais do mundo do trabalho, como também todo o tormento de um passado marcado por relações de exploração. Desconsiderar esse contexto político, econômico, social e cultural que foi berço de nossa classe trabalhadora para realizar qualquer análise sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil, reproduzindo teorias de compreensão do trabalho eurocêntricas, é como considerar que as nossas cicatrizes são marcas de

nascença que nada tem a ver com a maneira como nossos pais europeus nos “criaram”.

## PSICODINÂMICA DO TRABALHO: ENTRE O PSÍQUICO E O SOCIAL

Para a Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho pode ser lugar tanto da saúde quanto da patologia, tanto do sofrimento quanto do prazer, sendo apresentado sempre com duplo papel: o trabalho pode ser estruturante como também pode adoecer, pode promover dignidade como também pode deteriorar e ser alienante (DEJOURS, 2011).

No início da década de 1970, na França, começou a emergir uma nova demanda social para compreender a relação trabalho – saúde mental, fruto dos eventos de maio de 68 em que uma greve geral se instalou no país, começando com greves estudantis e culminando na adesão de cerca de dois terços dos trabalhadores franceses. O contexto histórico da época inspirou diversos pesquisadores a compreender as questões sociais relacionadas ao trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

Christophe Dejours, psiquiatra e psicanalista francês, começou a se destacar no estudo da Psicopatologia do Trabalho, campo de pesquisa focado na investigação da relação trabalho-adoecimento, no início da década de 80. Seu livro *Travail:*



*Usure Mental*” foi lançado na França em 1980 apresentando um estudo em Psicopatologia do Trabalho. A influência das preocupações que emergiram dos eventos de 1968 pode ser percebida pela cuidadosa contextualização sobre a história do trabalho na França que o autor faz como introdução de seu livro, apresentando depois seu estudo, frisando as questões sociais e políticas que atravessam a relação trabalho-saúde mental.

Após o lançamento desse livro, Dejours continuou voltado para o estudo das questões do trabalho. Nessa primeira fase dos estudos os pesquisadores buscavam identificar patologias mentais especificamente relacionadas a alguns trabalhos, como no caso da neurose das telefonistas primeiro estudado por Le Guillant e Bégoïn em 1956 e depois retomado por Dejours em 1987 (DEJOURS, 1992). Contudo, o que Dejours observou é que não havia nenhuma síndrome psicopatológica especificamente produzida pelos constrangimentos do trabalho, como poderia acontecer com problemas físicos (DEJOURS, 2011).

Assim o foco de seus estudos estendeu-se para a investigação dos conflitos entre os constrangimentos causados pela maneira como um trabalho se organiza e o funcionamento psíquico dos trabalhadores quando o autor não encontrou em suas pesquisas evidências que caracterizassem adoecimento na maioria dos trabalhadores, mas sim fatos que apontavam que mesmo em contextos

extremamente precários e com tarefas caracterizadas como monótonas, repetitivas e pouco significativas para os trabalhadores encontrava-se um estado de normalidade que prevalecia sobre o adoecimento. A partir daí surge o interesse do médico francês em estudar como se estabelecia a normalidade. Como esses trabalhadores submetidos a condições precárias de trabalho se mantinham nesse estado de normalidade apesar de tudo?

Dessa forma, o objeto de pesquisa da Psicodinâmica do Trabalho se torna essa “normalidade”. Essa normalidade, ao longo de seus estudos, Dejours destaca que não é sinônimo de um estado saudável, podendo representar um sintoma de um estado patológico resultante de um equilíbrio precário entre forças desestabilizadoras do sujeito e os esforços desse à custa de muito sofrimento. Segundo Dejours (2011, p. 13), “a normalidade representa o resultado de um compromisso, de uma luta entre o sofrimento provocado pelos constrangimentos organizacionais e as estratégias de defesa inventadas pelos trabalhadores para conter esse sofrimento e evitar a descompensação”. Ou seja, esse equilíbrio garante o não-adoecimento, que não necessariamente é saúde (DEJOURS, 2008), e é a partir desse ponto que a “normalidade” na qual vive a maioria dos trabalhadores se torna um fenômeno a ser estudado. Assim, faz-se a passagem da Psicopatologia do Trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2005; MENDES, 2007).



O que Dejours ressalta na produção da normalidade é a relação entre a organização do trabalho – que vem sendo definida como uma representação relativa à natureza e a divisão de tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho, com uma divisão do trabalho em si, do que é prescrito, e uma divisão dos homens na repartição das responsabilidades, no sistema hierárquico, modalidades de comando, relações de poder, controle – e a maneira como os sujeitos se engajam psiquicamente para dar conta do trabalho.

Para o autor, cada organização do trabalho convida o sujeito a se mobilizar individualmente e coletivamente de maneiras específicas, e o estudo das defesas coletivas e individuais podem dizer muito sobre a organização do trabalho e o sofrimento, e essas são a rica matéria-prima da pesquisa e ação em Psicodinâmica do Trabalho. Contudo, para ele, a configuração sintomática é um reflexo maior das próprias características do paciente do que da natureza dos constrangimentos organizacionais que desencadearam tais sintomas (DEJOURS, 2011).

O surgimento da Psicodinâmica do Trabalho é marcado pela ampliação dos horizontes de pesquisa da Psicopatologia do Trabalho, estudando não só os processos de saúde-doença, como visto acima, mas outros aspectos que a experiência do trabalhar mobiliza nos trabalhadores (SELIGMANN-SILVA, 1994;

MERLO; MENDES, 2009; MENDES, 2007) como a organização coletiva de defesas. Essa denominação foi dada à abordagem no início dos anos 90 e contém três dimensões: a implicação de uma clínica do trabalho como modo de construir o saber, a instituição de uma teoria e práticas específicas elaboradas a partir do diálogo entre a psicologia, a sociologia e as ciências do trabalho e a um método de investigação que tem por objetivo a análise do trabalho psíquico imposto ao sujeito a partir do conflito entre os constrangimentos da organização do trabalho e os próprios constrangimentos do psiquismo.

Proposta como uma teoria crítica e interdisciplinar amparada em disciplinas como a filosofia, a ergonomia, a sociologia e a psicanálise (DEJOURS, 1992) a Psicodinâmica do Trabalho é descrita pelo seu próprio expoente, Christophe Dejours, como uma abordagem que é construída a partir da realidade do trabalho, ou seja, tecida a partir de suas pesquisas de campo, focando na importância do trabalhador para construir o saber sobre o que ele mesmo faz. A abordagem continuou e continua a se desenvolver, sendo descrita como em constante construção, visto que veio se desenvolvendo junto às mudanças no mundo do trabalho – mudanças essas que não cessam de acontecer. Como marca essencial da abordagem está a investigação da relação homem-trabalho sem se afastar da realidade econômico-social (MENDES; DUARTE, 2013), o que se pode

constatar na pergunta que o que o psiquiatra se faz ainda hoje sobre essa relação:

De forma paradoxal, ao aumento da riqueza corresponde ao mesmo tempo um aumento do sofrimento e das patologias. Como explicar que tanto homens como mulheres continuem a participar numa transformação do mundo e da organização do trabalho que tende a voltar-se contra eles próprios e ameaça porventura o "ser genérico do homem"? (DEJOURS, 2011, p. 14).

As novas formas de organização do trabalho trouxeram essa interrogação para o estudo e ainda mais foco na questão da normalidade como equilíbrio precário mantido à custa do sofrimento dos trabalhadores. A partir do final dos anos 1990, com o diálogo com pesquisadores de diversas disciplinas como a ergonomia e a medicina do trabalho, a psiquiatria, a psicanálise, a psicologia, a psicologia social, a antropologia, a sociologia, a história, a linguística, a economia, a tecnologia, a engenharia o que se tem discutido é como essas novas formas de organização produtiva estão relacionadas à gênese das novas maneiras de servidão voluntária e qual a sua parte na deterioração da saúde mental dos trabalhadores ao redor do mundo, voltando o olhar para a questão social trazida pela globalização, pela importação e exportação de modos de gestão.

Para Dejours (2011), o trabalho é não só um meio de sobrevivência e produção, mas também uma forma de se fazer viver e de se sentir vivo na contemporaneidade, é ação e também oportunidade de constituir uma coletividade, de *viver* junto (DEJOURS, 2012; MENDES; ARAÚJO, 2012; MENDES, 2009; FERREIRA; MENDES, 2003). Contudo o mundo do trabalho apresenta-se cheio de armadilhas e ameaças e, dessa maneira, observa-se o crescimento dos conflitos psíquicos na relação com a organização do trabalho e o esmagamento do sujeito entre o desejo de trabalhar e a obrigação de servir, especialmente pela incitação da competitividade como grande valor no trabalho. Isolados, os trabalhadores se vêem ilhados em seu trabalhar e o que poderia se constituir como atividade social e propícia para o coletivo se torna um grande campo de batalha. Dessa forma, a solidão e o medo se tornam características do trabalhar.

Os trabalhadores têm encontrado dificuldade para reagir coletivamente, há a vergonha de se protestar quando muitos são mais desfavorecidos. A lógica é que se você tem emprego, é privilegiado. Se ganha bem, mais ainda – não pode nem pensar em reclamar. O autor fala que o espaço reservado à discussão do sofrimento tornou-se tão restrito que nos últimos anos produziram-se situações dramáticas como jamais se viu anteriormente, com tentativas de suicídio ou suicídios consumados no local de trabalho, indicando provavelmente o sofrimento e a falta de interlocutores para se tratar o tema (DEJOURS; BÉGUE, 2010). Outro

fator importante é que à medida que o sujeito sofre com sua relação no trabalho ele é frequentemente levado – devido às condições atuais de medo do desemprego – a tentar apagá-lo de sua percepção e a lutar contra sua expressão pública.

Para a Psicodinâmica do Trabalho, a circulação da palavra é essencial para a constituição de boas relações no trabalho e conseqüentemente de um coletivo com bases na solidariedade, cooperação, reconhecimento. A construção de um espaço público de discussão possibilita o rompimento desse silêncio que é estimulado a cada dia pelas novas formas de organização do trabalho. A mobilização subjetiva no trabalho é composta por dimensões indissociáveis como a inteligência prática, o espaço de discussão, a cooperação e o reconhecimento (MENDES; DUARTE, 2013). Trabalhar então não depende apenas da vontade do trabalhador, mas prescinde da experiência da alteridade, da vivência coletiva. É uma mobilização, sobretudo, política, e que viabiliza a dinâmica do reconhecimento, um modo específico de retribuição simbólica dada ao sujeito, como compensação por sua contribuição aos processos da organização do trabalho, pelo engajamento da subjetividade e da inteligência.

Quando se sente reconhecido o trabalhador se sente aceito, admirado e tem liberdade para expressar sua individualidade dentro das situações de trabalho,

podendo de fato usufruir do trabalho como espaço para (se) constituir, para se expressar e não só produzir para sobreviver, alienando-se ao desejo de produção do sistema. Os elementos constitutivos dessa mobilização são: solidariedade, confiança, cooperação e pressupõe a existência de um espaço público da fala e da promessa de equidade quanto ao julgamento do outro. O trabalhador se mobiliza e se engaja no trabalho pelo seu poder, negociando, pressionando e se apropriando ou rejeitando as regras do coletivo de trabalho. Sua ação inscreve-se sobre uma dinâmica de troca que tem por efeito garantir a consecução dos seus objetivos e do coletivo de trabalho.

Desse modo, para que o trabalho seja fonte de saúde mental é central a mobilização das condições políticas capazes de levá-lo à mobilização da inteligência prática, do espaço de discussão, da cooperação e do reconhecimento no trabalho possibilitando o sofrimento criativo e o prazer, e conseqüentemente, a conquista da saúde. A falha no emprego desses mecanismos levaria aos sintomas e ao adoecimento.

## A PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO BRASIL

Ao propor o estudo dessas relações entre homem-trabalho com uma visão contextualizada social e economicamente, a Psicodinâmica do Trabalho no Brasil ganhou o interesse de pesquisadores da psicologia, da medicina e mesmo da



administração desde o lançamento da tradução de *“Travail: Usure Mental”* no país, em 1987 sob o título de *“A loucura do Trabalho: Ensaio em Psicopatologia do Trabalho”*. A obra tornou-se referência pelo fato de adicionar a suas análises de psicopatologia do trabalho elementos da Sociologia como os modos de gestão, que passavam na época por mudanças, saindo do modelo que investigava a psicopatologia do trabalho puramente (MERLO; MENDES, 2009) para um modelo em que a partir da compreensão das situações do mundo do trabalho se busca compreender as patologias (MENDES, 2007).

Um dos primeiros estudos brasileiros que aplica o método proposto por Dejours (1992) foi o artigo *“A influência da organização do trabalho nas vivências de prazer-sofrimento dos trabalhadores: uma abordagem psicodinâmica”*, de Mendes e Abrahão (1996), fruto da dissertação de mestrado de Mendes (1994), que teve por objetivo investigar a construção da intersubjetividade no trabalho de engenheiros eletrônicos, focando nas relações dinâmicas entre organização do trabalho e prazer-sofrimento.

Em 2009, Merlo e Mendes realizaram o levantamento de publicações que utilizavam a psicodinâmica do trabalho como referencial, encontrando 79 artigos, dissertações e teses a partir de uma busca em bases de dados brasileiras. O trabalho deles retrata o uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil, que é

utilizada na maioria das vezes como referência teórica, havendo poucos estudos que utilizam o método preconizado por Dejours. Segundo os autores, a área que mais utilizou a psicodinâmica como referência foi a psicologia, apesar de haver estudos produzidos por engenheiros e outros profissionais da saúde, por exemplo.

Alguns conceitos trabalhados nos estudos foram a dinâmica do prazer-sofrimento, estratégias defensivas, coletivo de trabalho, reconhecimento, risco de adoecimento, patologias do trabalho – LED/DORT, risco de suicídio, por exemplo. A tendência do uso da psicodinâmica do trabalho como categoria teórico-metodológica e como categoria teórica tem se mantido desde a publicação desse artigo até o momento de publicação deste trabalho, apontando para o interesse dos pesquisadores brasileiros em retratar a realidade de trabalho no país apoiando-se nas bases teóricas da Psicodinâmica do Trabalho, mas não metodologicamente.

## A PESQUISA EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO: A CLÍNICA DO TRABALHO

Fortemente marcada pela preocupação social desde seus primórdios na Psicopatologia do Trabalho, a construção da Psicodinâmica do Trabalho só foi, tem sido e é possível pelo contato com o campo do trabalho e com o discurso dos trabalhadores acerca de suas realidades, buscando criar uma abordagem que faz *para* eles e *com* eles antes de fazer *por* eles:





A Psicodinâmica do Trabalho é antes de tudo uma clínica. Ela se desdobra sobre um trabalho de campo radicalmente diferente do lugar da cura. Afirmar que ela é uma clínica implica que a fonte de inspiração é o trabalho de campo, e que toda a teoria é alinhavada a partir deste campo (DEJOURS, 1993, p. 137).

Essa Clínica do Trabalho é antes de tudo ação e é indissociável do processo de produção do conhecimento (DEJOURS, 2011), é a pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho. Seu objeto não poderia ser outro que o mesmo da própria abordagem da qual é fruto, se interessando não só pelas patologias, mas também pelas saídas bem-sucedidas do conflito fundamental entre a organização do trabalho e o sujeito do desejo (DEJOURS, 1992; LHUILIER, 2011), estudando as relações dinâmicas envolvidas na geração e na resolução desse conflito primeiro.

A pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho envolve não só o interesse em produzir conhecimento científico, mas antes de tudo a ação, um trabalho conjunto entre pesquisador e sujeito. As questões centrais dessa Clínica são o acesso ao trabalho tanto visível quanto invisível, a apreensão do trabalho vivo, a mobilização para o fazer, um modo de revelar como se media a relação entre o sujeito e o real. Ao se relacionar intrinsecamente com a pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho, segundo Santos-Junior, Mendes e Araujo (2009), a experiência em clínica do trabalho possibilita a ampliação do uso da

psicodinâmica do trabalho como mais do que uma teoria e um método de pesquisa, mas como uma prática profissional, sendo impossível promover a Clínica sem ter acesso à Psicodinâmica do Trabalho.

Dejours (1992) esclarece que a pesquisa, nessa abordagem, é um processo interativo em que os próprios trabalhadores colocam em análise suas vivências e os pesquisadores propõem hipóteses a serem discutidas buscando a compreensão dos aspectos subjetivos do trabalho a partir dessa discussão feita em um espaço aberto à deliberação.

A Clínica do Trabalho, que é o espaço da fala e da escuta do sofrimento que se origina na realidade concreta da organização do trabalho, permite aos trabalhadores a reconstrução de sua capacidade de pensar e também de criar estratégias eficazes, coletiva ou individualmente, para confrontar situações que provoquem sofrimento e, enfim buscar o prazer e conseqüentemente a saúde no trabalho (MENDES, 2007).

Como proposta da Clínica do Trabalho está privilegiar a fala, não só por proporcionar um espaço de escuta, mas também por promover o ensino do falar e do escutar, buscando colocar a palavra em ação, em uma oportunidade de repensar o trabalho em suas dimensões visíveis e invisíveis, de questionar e de

se questionar (MENDES; ARAUJO, 2012). Não só promete o espaço para a fala, mas também o espaço para pensar – o sujeito não só precisa falar, mas também querer dizer aquilo que falou, integrando-se assim ao sistema simbólico. Além disso, em dimensões coletivas, a Clínica do Trabalho promete para o sujeito a oportunidade do exercício de estar no lugar do outro no momento em que faz com que a fala flua entre um grupo de trabalhadores que muitas vezes não reflete na subjetividade do outro. Não se trata da criação de cenários clínicos dentro da empresa, mas de um espaço onde a partir da fala e da escuta, novas estruturas surgirão na organização.

Para Périlleux (2013), a Clínica do Trabalho tem vocação para a “crítica social”, colocando em xeque as novas formas de opressão no trabalho e não só produzindo dados, pelo compromisso dos próprios clínicos com o questionamento dessas realidades, sendo que “uma das características originais da Clínica do Trabalho – que também é uma de suas dificuldades – é a de confrontar as questões políticas da organização do trabalho, a experiência da injustiça, as múltiplas faces da opressão” (PÉRILLEUX, 2013).

Dessa forma, o autor contesta qual o lugar e o papel do pesquisador-clínico para dar conta não só do objeto da Psicodinâmica do Trabalho, mas também de seus objetivos. Para Dejours (2011), essas práticas em Psicodinâmica do Trabalho não

têm por objetivo apenas produzir estudos publicáveis, e as pesquisas ancoradas nessa abordagem deveriam antes de tudo ser *práticas*. Por isso Dejours (1992) frisa a importância de uma solicitação advinda do próprio campo, uma vez que o estudo não deve ser descritivo – correndo o risco de se tornar um *voyeurismo psicológico* – mas devem envolver ação. Na Psicodinâmica do Trabalho:

(...) não há investigação possível sem que haja um pedido emitido por um paciente, um trabalhador, um colectivo de trabalho, ou uma instituição como seja uma comissão de saúde, higiene e segurança no trabalho; um serviço de saúde no trabalho; um sindicato; uma empresa; uma administração... A acção, indissociável do processo de produção do conhecimento, suscita em retorno investigações teóricas e confrontos interdisciplinares sobre o tema da teoria da acção (DEJOURS, 2011, p. 14).

Ressalta-se ainda a importância da dimensão ética envolvida no *fazer-saber* que convida o pesquisador da abordagem a engajar o seu *saber-fazer* pelo uso de sua subjetividade, sendo impossível realizar um estudo nessa área ignorando a questão da intersubjetividade (MENDES, 2007; MENDES; ARAUJO, 2012). De acordo com Mendes (2007), o pesquisador deve buscar o que está subjacente às mediações entre sujeito e o real, com posicionamento crítico ao que está posto, fazendo reflexões frente ao dito e ao não dito, desvendando a complexidade do trabalho, construindo e reconstruindo a realidade concreta junto aos trabalhadores.

Como mencionado por Merlo e Mendes (2009) e Mendes (2007), no entanto, o que se tem observado nos estudos é o uso técnicas para a coleta de dados como as entrevistas individuais e/ou coletivas seguindo roteiros que tem por base o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, sem realizar uma exploração de fato clínica de seu objeto de estudo.

Dejours (1992; 2009) sugere como método, como sua aproximação clínica de seu objeto de estudo, uma estratégia de coleta que se desenvolve em etapas: análise da demanda, análise do material de pesquisa, a observação clínica e a interpretação. O psiquiatra recomenda a realização de cerca de 12 sessões com cinco a sete trabalhadores – que junto ao pesquisador constituem o coletivo de pesquisa, com duração de duas horas, uma vez por semana em seu local de trabalho, de acordo com sua disponibilidade e em horário de jornada laboral, podendo ser gravadas e analisadas. O consentimento livre esclarecido e a garantia de sigilo das informações devem ser obtidos e são de responsabilidade dos pesquisadores envolvidos na organização das sessões.

#### PERSPECTIVAS PARA UMA CLÍNICA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO BRASIL

Com o desenvolvimento da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil e abertura de novos campos de estudo no país, Mendes e Araujo (2012) propõem não só uma contextualização do método, apresentando uma nova maneira de aproximação

das demandas brasileiras que são marcadas pela história e cultura do Brasil, mas especialmente uma sistematização e ampliação do método com base nas práticas desenvolvidas pelas autoras e colaboradores ao longo de 10 anos.

O método proposto pelas autoras é introduzido a partir do questionamento da amplitude das contribuições da Psicanálise para constituir sua proposta metodológica a partir da questão da demanda *versus* a solicitação, que seria o ponto de partida da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho. As autoras desenvolvem a ideia de que a Clínica do Trabalho pode ser realizada com dois tipos diferentes de grupos: o primeiro, denominado de clínica da cooperação, com participantes de um mesmo coletivo que compartilha um cotidiano de trabalho (DEJOURS, 2009) e um segundo, denominado de clínica das patologias (DEJOURS; BÉGUE, 2010) que tem o foco na reconstrução da história de adoecimento e violência de sujeitos advindos de um mesmo contexto e categoria profissional ou não.

A primeira modalidade, clínica da cooperação, busca a análise – pesquisa – e potencialização – ação – da mobilização subjetiva do grupo de trabalho, e a segunda, clínica das patologias, tem foco no resgate dos sujeitos por meio da reconstrução de suas histórias, não havendo objetivo voltado para a mobilização do coletivo de trabalho das quais vem os sujeitos. A ênfase nessa clínica é no uso

de recursos do coletivo de pesquisa pra enfrentar a doença e repensar a relação com o trabalho, sendo a pesquisa voltada para o sofrimento e as defesas constituídas antes e após a vivência da doença (MARTINS; MENDES, 2012).

Mendes e Araujo (2012) abordam as condições para a realização da Clínica do Trabalho e sugerem dispositivos clínicos para a caracterização dessa. Ambas as modalidades devem lançar mão dessas condições e dispositivos para serem conduzidas. Para as autoras também é essencial considerar o afeto no saber e no fazer clínico, inaugurando assim uma proposta diferenciada para essa produção em Psicodinâmica do Trabalho no cenário brasileiro, sugerindo a reaproximação com as questões políticas e sociais arraigadas à construção da abordagem.

Para compreender esse cenário brasileiro, foi realizado levantamento de bibliografia em fevereiro de 2014 a partir do sítio eletrônico Google Acadêmico. O mecanismo de busca escolhido foi utilizado por fornecer uma forma de pesquisar literatura acadêmica de maneira abrangente, sendo possível pesquisar diversas fontes em um só lugar – diferentes bases de dado são acessadas pelo sítio em suas buscas – localizando não só artigos como também outros tipos de produções científicas. O termo utilizado para a busca no estudo bibliométrico foi “clínica do trabalho”, focando-se em um período entre 1990 e 2013. Os estudos encontrados

foram analisados e classificados de acordo com o tipo de método utilizado, além de análise com foco nos processos clínicos realizados.

Foram encontrados 97 trabalhos – artigos, dissertações, teses – com ao menos uma breve contextualização do termo clínica do trabalho, sendo o primeiro deles datado de 1994. A maioria dos textos traz referência ao termo como relacionado à Psicodinâmica do Trabalho, ou seja, é feita uma referência teórica à Clínica do Trabalho, mas sem utilizar as proposições metodológicas dessa para realizar. Dessa forma, refinou-se a busca com o foco no método empregado nos estudos que se amparam na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil e se caracterizam como práticas dessa abordagem, levantando estudos que replicassem o método sugerido por Dejours, os que utilizaram adaptações deste e outras estratégias de coleta de dados e estudos que utilizaram o método sugerido por Mendes e Araujo.

Foram encontrados 39 estudos caracterizando-se como práticas em psicodinâmica do trabalho. Pode-se perceber que há certa dificuldade em caracterizar a Clínica do Trabalho nessa perspectiva e conseqüentemente realizá-la. Há uma predominância na referência ao método proposto por Dejours como “pesquisa”, o que pode estar relacionado ao fato de a maioria das traduções apresentarem sua proposição metodológica como “enquete” (DEJOURS, 1992) ou



“pesquisa” (DEJOURS; BÉGUE, 2010) e não referir ao estudo como uma prática de fato.

Especificamente referidos como clínica das patologias ou da cooperação há poucos trabalhos. São apresentadas duas tabelas a seguir com os estudos classificados de acordo com os objetos de estudo investigação – psicodinâmica do trabalho ou psicopatologia do trabalho. Ao primeiro objeto é feita a analogia da clínica da cooperação, com o foco na compreensão das relações entre trabalhador e trabalhar mediada pela organização do trabalho. Ao segundo, o da clínica das patologias, atribui-se o foco na percepção das influências do trabalho como fator adoecedor.

O quadro 1 apresenta os 32 estudos com foco na compreensão da Psicodinâmica do Trabalho realizados com profissionais em situação de “normalidade”.

Quadro 1: Estudos sobre a Psicodinâmica do Trabalho com Trabalhadores em “normalidade”

Método utilizado	Estudos sobre a Psicodinâmica do Trabalho
Método proposto por Dejours	Mendes (1994): estudo com engenheiros eletrônicos utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Barbarini (2001): estudo com caixas de uma agência bancária utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Sznelwar e Uchida (2004): estudo com auxiliares de enfermagem em um hospital universitário utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Lancman, Sznelwar, Uchida e Tuacek (2007): estudo com agentes de trânsito utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Baierle (2007) e Baierle e Merlo (2008): estudo com a Guarda Municipal utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Traesel (2007), Traesel e Merlo (2009) e Traesel e Merlo (2011): estudos com um grupo de enfermeiros de um hospital utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Molinier (2008): estudos com enfermeiras do serviço cirúrgico de um hospital francês e outro com chefias (supervisores) dos serviços de cuidados e técnicos de um hospital universitário utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Lancman, Ghirardi, Castro e Tuacek (2009): estudo com trabalhadores de programa de saúde da família utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Magnus (2009): estudo com profissionais da saúde mental de um hospital psiquiátrico utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Bottega (2009) e Bottega e Merlo (2010): estudo com educadores sociais de uma escola que atende adolescentes em situação de rua utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Castro (2010) e Castro e Merlo (2011): estudo com guardas municipais utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Beck (2010): estudo com trabalhadores da enfermagem de uma unidade de emergência de um hospital público utilizando a proposta metodológica dejouriana.
Garcia (2011): estudo com trabalhadores nas varas criminais do Tribunal de Justiça utilizando a proposta metodológica dejouriana.	
Lima (2012) e Lima (2011): estudos com cuidador/a social de abrigo de crianças e adolescentes utilizando a proposta metodológica dejouriana.	

	Rosas (2012): estudo com professores de uma escola rural utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Müller (2012): estudo com policiais utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Moura (2013): estudos com servidores do judiciário que trabalham com atendimento ao público utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Garcia, Lima e Moraes (2013): estudos com trabalhadores de um tribunal de justiça - uma com os das varas criminais e outra com os servidores que atuam no atendimento ao público utilizando a proposta metodológica dejouriana.
	Ferreira (2013): estudo com profissionais de odontologia do centro ambulatorial de um Hospital Universitário utilizando a proposta metodológica dejouriana.
Adaptação da proposta metodológica de Dejours	Santos-Junior (2009): estudo com equipe multiprofissional de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Castro, Toledo e Andery (2010): estudo com cinco integrantes de uma unidade do Conselho Tutelar utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Lima (2010): estudo com um grupo de servidores públicos do Poder Judiciário utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Diniz e Goes (2010): estudo desenvolvido no Ministério da Saúde com uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Gomes, Lima e Mendes (2011): estudo com profissionais da área de treinamento e desenvolvimento de uma instituição do poder judiciário utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Mendes, Alves e França (2011): estudo com taquígrafos utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Merlo, Dornelles, Bottega e Trentini (2012): estudo com oficiais de Justiça Federal utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Perez (2012): estudo com professores de ensino superior privado utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Macêdo, Fleury, Bueno e Pires (2013): quatro estudos com trabalhadores de uma universidade, escritores literários, artistas de teatro e professores de arte de uma escola privada utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.

Mendes e Araujo	Silva e Mendes (2012): estudo com servidores de uma agência reguladora utilizando a proposta metodológica de Mendes e Araujo.
	Medeiros (2012): estudo com pilotos do monitoramento aéreo do DETRAN utilizando a proposta metodológica de Mendes e Araujo.
	Ghizoni (2013): estudo com catadores de materiais recicláveis utilizando a proposta metodológica de Mendes e Araújo.
	Alves (2013): estudo com taquígrafos parlamentares utilizando a proposta metodológica de Mendes e Araújo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entre os estudos que apresentam o foco na compreensão das vivências de trabalhadores em atividade, aqueles que estão vivendo a dita “normalidade” que é objeto de estudo da Psicodinâmica do Trabalho, 19 utilizaram a proposição metodológica de Dejours, referindo-se em sua maioria ao método como de “pesquisa”, fazendo poucas referências aos benefícios do estudo aos participantes. A ênfase é dada mais à pesquisa em si, à produção de conhecimento, do que à ação do método de pesquisa proposto junto aos sujeitos participantes.

As adaptações foram nove e os estudos utilizando a proposta de Mendes e Araujo (2012) contabilizaram quatro. Esses últimos apresentam explicitamente o método como “clínica do trabalho” e enfatizam os proveitos tirados da participação no estudo pelos sujeitos trabalhadores, sendo característica não só a apresentação dos resultados sobre a psicodinâmica do trabalho em si, mas sobre a mudança com a relação dos sujeitos com seus trabalhos conforme se engajaram no processo de pesquisa.

Outra característica distinta especialmente nesses últimos estudos é a inclusão de objetivos voltados para beneficiar os sujeitos a partir das práticas realizadas, e não considerar mobilizações entre os sujeitos participantes como benefícios “acidentais”. A maioria dos estudos apresenta objetivos voltados para a descrição/compreensão da psicodinâmica do trabalho dos grupos estudados.

Os sete trabalhos encontrados com foco na compreensão das Psicopatologias do Trabalho e na vivência de violência no trabalho são apresentados no quadro 2.

Quadro 2: Estudos em Psicodinâmica do Trabalho com trabalhadores adoecidos

Método utilizado	Pesquisas sobre Adoecimento e Patologias
Adaptações do método proposto por Dejours	Rossi (2008): estudo com bancários afastados para reabilitação da capacidade laboral com Comunicação de Acidente de Trabalho emitida pelo banco utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Santos-Júnior, Mendes e Araujo (2009): estudo com bancários acometidos de LER/DORTs utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Freitas, Lima e Antonio (2010): estudo com vítimas de assédio moral de diversas empresas utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Rossi (2010): estudo com bancários adoecidos por LER/DORTs utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.

	Martins (2010): estudo com uma participante do Programa Multiprofissional de Atenção a Saúde do Trabalhador do Hospital Universitário da UFSC utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
	Martins e Mendes (2012): estudo com mulheres de diferentes categorias profissionais em licença de saúde junto à previdência social por adoecimento relacionado ao trabalho (DORT e transtornos mentais) utilizando uma adaptação da proposta metodológica dejouriana.
Mendes e Araújo	Duarte e Mendes (2013): estudo com professoras em situação de readaptação funcional utilizando a proposta metodológica de Mendes e Araujo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entre os estudos voltados para as patologias decorrentes do trabalho e o adoecimento não há nenhum estudo que refere ao seu método de coleta de dados como sendo o sugerido por Dejours, o que pode estar relacionado ao fato de não haver uma recomendação específica na definição no método dejouriano para aplicá-lo a tais contextos.

Os sete estudos foram realizados entre 2008 e 2013, não havendo nenhum registro anterior a essa data. Apenas um deles foi realizado com o método sugerido por Mendes e Araujo, tendo todos os outros sido feitos a partir de adaptações do método sugerido por Dejours. Uma característica distinta desses estudos com relação aos realizados com trabalhadores não-adoecidos é que todos esses trazem a questão do benefício trazido aos sujeitos participantes pela realização dos estudos, focando o diálogo entre a demanda dos pesquisadores

envolvidos – a de produzir conhecimento – e a demanda dos sujeitos de pesquisa – de repensar sua relação com o trabalho e o adoecimento.

Outros aspectos encontrados no levantamento são as dificuldades para se abordar os temas do sofrimento no grupo de trabalhadores – a elaboração da demanda quando existente – e a predominância da demanda estimulada pelos pesquisadores, conforme já observado também por Ghizoni, Mendes e Corgozinho (2013), ou seja, há um interesse inicial em abordar os temas do trabalho a partir dos pesquisadores, que oferecem a possibilidade da Clínica do Trabalho aos sujeitos. Contudo, ressalta-se que em todos os trabalhos é enfatizada a questão do voluntariado dos sujeitos envolvidos. Esse dado coloca em questão a demanda do trabalhador brasileiro em relação ao que lhes é oferecido em termos de possibilidades de negociação ou mesmo de aberturas de espaços genuínos de fala e escuta onde suas queixas se tornarão demandas que provocarão mudanças em suas realidades de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTUROS

A partir dos resultados anteriormente expostos pôde-se discutir as possibilidades de matrizes teóricas e metodológicas estrangeiras no panorama nacional, como realizado por Fonseca e Oliveira (2013) em seu capítulo sobre a Clínica da Atividade – também uma das abordagens clínicas em Psicologia do Trabalho – no



contexto brasileiro. Em seu estudo os autores constataam a ampliação das ações desenvolvidas nas duas últimas décadas no Brasil e a regionalização da Clínica da Atividade, caracterizada pela sua apropriação teórica e metodológica por parte dos pesquisadores nacionais.

No presente estudo notamos que as práticas em clínica do trabalho no Brasil, iniciadas em 1994, também tiveram de 2005 em diante um crescimento em número e com esse maior número de práticas, novas questões parecem ter começado a surgir com a regionalização da Clínica do Trabalho. O que as intervenções em clínica do trabalho têm a nos dizer? Ou melhor, ainda, o que elas nos fazem questionar, repensar e refletir acerca da realidade do mundo do trabalho brasileiro?

O sofrimento como parte do trabalhar fica evidente nos estudos no Brasil, contudo são as formas e caminhos pra sua expressão que nos fazem refletir em questões como as colocadas por Mendes e Araujo (2012) sobre a universalidade da expressão das demandas relacionadas ao trabalho. Enquanto na clínica do trabalho sugerida inicialmente por Dejours se fala de uma expressão direta e consciente de uma demanda por parte dos trabalhadores direcionada aos pesquisadores, Mendes e Araujo nos trazem a reflexão acerca das diferenças entre a necessidade, a queixa, o sintoma e o desejo (MENDES, 2014).



Em contraste com a realidade francesa, onde revoluções e lutas do povo são reconhecidas e aclamadas, no Brasil o silêncio se posta no lugar do sofrimento, assim como a deslegitimação da luta dos trabalhadores por suas causas. Esses fatores se mostram ainda como fortes amarras para o reconhecimento do sofrimento, e ainda mais, na elaboração de uma demanda. As marcas do colonialismo provavelmente produzem o reflexo da espera dos trabalhadores por uma entidade ou fator exterior para tratar de seus problemas, gerando um desengajamento coletivo percebido no início das práticas encontradas nos resultados deste estudo.

A dificuldade em iniciar o diálogo sobre a questão da saúde, especialmente a mental, no trabalho fica evidente com a dificuldade em captar demandas espontâneas nos artigos e trabalho publicados. De todos os trabalhos encontrados, a maioria se iniciou em função de demanda do pesquisador. Muitas vezes considerando como ponto de partida a escravidão, boa parte dos trabalhadores parece ver na servidão voluntária uma série de vantagens. Em detrimento da violência física, a violência simbólica parece até mesmo aceitável para muitos em função da gratidão pelo emprego e do receio em viver a exclusão do mundo do trabalho.

A presença de práticas voltadas para trabalhadores já adoecidos confirma a ideia de que o sofrimento é calado nos locais de trabalho (MARTINS, 2010; MARTINS; MENDES, 2012; DUARTE; MENDES, 2013). O estudo de outras categorias, singulares e muito relacionadas ao nosso contexto histórico, como os catadores de material reciclável (GHIZONI, 2013) também nos permite acessar essas outras realidades de trabalho e tentar compreender as marcas da exclusão social no engajamento, nos sentidos e significados do trabalho e do sofrimento atrelado a ele para os trabalhadores brasileiros, fazendo-nos refletir sobre o silêncio no trabalho.

Assim, nota-se que a Escravidão no Brasil também deixa rastros persistentes na forma como os trabalhadores organizam suas demandas. O silenciamento dos que lutam, e a banalização do sofrimento no trabalho se tornaram marcas culturais no Brasil. É esse silêncio que se torna uma barreira a mais a ser rompida pelos clínicos do trabalho brasileiros, além do preconceito com a questão da saúde mental.

A Psicodinâmica do trabalho não deve estar preocupada apenas com a construção do saber, mas, sobretudo com o fazer, o que coloca em questão o *savoir-faire* demandado pelas realidades de trabalho com as quais os pesquisadores entram em contato (DUARTE, 2014). A prática em psicodinâmica do trabalho

poderia ser genuinamente considerada uma pesquisa-ação, que só se realiza quando atende não só a demanda do pesquisador de fazer saber, mas também a dos sujeitos envolvidos, que se arriscam quando aceitam entrar no processo de pesquisa.

A ação da psicodinâmica do trabalho compreende a importância da voz do trabalhador para a construção de novas realidades para ele mesmo e, portanto, para realizar a escuta do sofrimento no trabalho é essencial que se conheça a dinâmica do trabalho (MENDES, 2014), assim como o terreno que dá maiores ou menores condições para que o sofrimento floresça. Ou seja, as condições históricas, sociais e culturais que agem como forças de ação que podem vir a ampliar as consequências de um processo já difícil de vivenciar em uma realidade de trabalho tão singular como a do Brasil devem também ser objetos de estudo do clínico do trabalho.

A implicação do clínico do trabalho não só como clínico, mas também como pesquisador sensível não só à escuta do sofrimento, mas, sobretudo, observante dos contextos histórico e social tem se mostrado essencial para que a Clínica do Trabalho não se torne psicoterapia nem tampouco uma entrevista coletiva com fins de escrutinar os processos dinâmicos no trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. J. Mobilização subjetiva para o prazer-sofrimento no trabalho dos taquígrafos parlamentares: uma prática em clínica psicodinâmica da cooperação. 106 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BAIERLE, T. C. Ser segurança em tempos de insegurança: sofrimento psíquico e prazer no trabalho da guarda municipal de Porto Alegre. 204 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BAIERLE, T. C.; MERLO, A. R. C. Trabalho, saúde mental e subjetividade em uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 69-81, 2008.

BARBARINI, N. Trabalho bancário e reestruturação produtiva: implicações no psiquismo dos trabalhadores. 2001. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BECK, F. L. A dinâmica prazer-sofrimento psíquico dos trabalhadores da enfermagem de uma unidade de emergência de um hospital público. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BONZATTO, E. A. Tripalium: O trabalho como maldição, como crime e como punição. Revista Direito em Foco, Amparo, v. 1, p. 1-37, mar. 2011.

BOTTEGA, C. G. Loucos ou heróis: um estudo sobre prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOTTEGA, C. G.; MERLO, A. R. C. Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 259-275, 2010.

CAMUS, A. O mito de sísifo. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 160 p.

CASTRO, T. C. M. Reconhecimento e vida dos guardas municipais: clínica do trabalho na atividade de segurança pública. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em

Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CASTRO, T. C. M.; MERLO, A. R. C. Reconhecimento e saúde mental na atividade de segurança pública. *Psico*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 474-480, 2011.

CASTRO, N. T.; TOLEDO, A. H. F.; ANDERY, A. M. N. Tramas do cotidiano: a psicodinâmica do trabalho em um conselho tutelar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 662-675, set. 2010.

CHAUÍ, M. Introdução a O Direito à Preguiça, de Paul Lafargue. In: SANTIAGO, H. (Org.) (2013). *Contra a servidão voluntária*. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica/Fundação Perseu Abramo, 2013. v. 1.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15, 2012. 440 p. v. 2.

DEJOURS, C. *Psicopatologia do trabalho – psicodinâmica do trabalho*. Laboreal, Porto, v. 7, n. 1, p. 13-16, 2011.

DEJOURS, C. Novas formas de servidão e de suicídio. In MENDES, A.M. (Org.), Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2008. p. 26-39.

DEJOURS, C. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.) Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro/Brasília: Fiocruz/ Editora Paralelo 15, 2005. p. 127-140.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Org.) O indivíduo na organização. Dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993. p. 149-173.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992. 168 p.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Org.) Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 33-43.

DEJOURS, C.; BÉGUE, F. Suicídio e trabalho: o que fazer? Brasília: Paralelo 15, 2010. 128 p.

DINIZ, A. S. B.; GOES, H. S. Espaço de escuta técnica qualificada: nova estratégia de mediação do sofrimento no trabalho. In: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E P. (Org.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 451-466.

DUARTE, F. S. Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DUARTE, F. S.; MENDES, A. M. Cuerpo docente: Análisis psicodinámico del trabajo de profesores reubicados de Brasilia, Brasil. Praxis: Revista de Psicologia, Santiago, v. 15, n. 23, p. 115-134, 1. sem. 2013.

FERREIRA, A. S. A psicodinâmica do trabalho de profissionais de odontologia do centro ambulatorial de um hospital universitário. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira. Brasília: Ler, Pensar e Agir, 2003. 156 p.

FONSECA, J. C. F.; OLIVEIRA, I. A. Clínica da Atividade no contexto brasileiro: sobre ciências, territórios e compreensões. In: PUJOL, A.; DALL'ASTA, C. (Org.). Trabajo, actividad y subjetividad. Debates Abiertos. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2013. p. 33-52.

FREITAS, L. G.; LIMA, S. C. C.; ANTONIO, C. A. Análise psicodinâmica do atendimento de vítimas de assédio moral no trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica. São Paulo: Mackenzie, 2010. p. 123-137.

GARCIA, W. I. Análise psicodinâmica do trabalho no Tribunal de Justiça do Amazonas: uma aplicação da clínica do trabalho e da ação. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

GARCIA, W. I.; LIMA, P. A. M.; MORAES, R. D. Vivências de sofrimento no judiciário do Amazonas: o papel da organização do trabalho. In: MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M.;

MORAES, R. D. (Org.). O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia. Curitiba: Juruá, 2013. p. 235-247.

GHIZONI, L. D. Clínica psicodinâmica da cooperação na associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis da região Centro-Norte de Palmas – TO (ASCAMPA). 308 f. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GHIZONI, L. D.; MENDES, A. M. B.; CORGOZINHO, J. P. Uma proposta brasileira para a clínica psicodinâmica do trabalho. In: SCHLINDWEIN, V. L. D. C. (Org.). Saúde mental e trabalho na Amazônia: múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho. Porto Velho: EDUFRO, 2013. p. 25-38.

GOMES, M. L. B. M.; LIMA, S. S. C.; MENDES, A. M. Experiência em clínica do trabalho com profissionais de T&D de uma organização pública. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 841-855, 3. quad. 2011.

LAFARGUE, P. O direito à preguiça. 2. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2000. 96 p.

LANCMAN, S.; GHIRARDI, M. G.; CASTRO, E. D.; TUACEK, T. A. Repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores do Programa Saúde da Família. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 682-688, jun. 2009.

LANCMAN, S.; SZNELMAN, L. I. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro/Brasília: Fiocruz/ Paralelo 15, 2004. 346 p.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I.; UCHILDA, S.; TUACEK, T. A. O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 79-92, 2007.

LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22-58.

LIMA, S. C. C. O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. *Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 203-215, ago. 2012.

LIMA, S. C. C. Coletivo de trabalho e reconhecimento: uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais. 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia

Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LIMA, S. C. C. A fala em ação: experiência em psicodinâmica do trabalho no serviço público. In: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Org.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 365-379.

LUPION, M. R. O. A gênese da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil e os paradigmas da “transição” e da “substituição”. Revista Tema Livre, v. 5, n. 11, p. 30-46, 2006.

MACÊDO, K. B.; FLEURY, A. D.; BUENO, M.; PIRES, R. V. A constituição do espaço de discussão coletivo e suas vicissitudes: quatro estudos e uma reflexão. In: MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M.; MORAES, R. D. (Org.). O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia. Curitiba: Juruá, 2013. p. 215-234.

MAGNUS, C. N. Sob o peso dos grilhões: um estudo sobre a psicodinâmica do trabalho em um hospital psiquiátrico público. 2009. 275 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, S. R. Intervenções em grupo na clínica do trabalho: uma experiência anunciada em sonho. In: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Org.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 348-363.

MARTINS, S. R.; MENDES, A. M. Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. Psicologia: Organizações e Trabalho, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 24-36, ago. 2012.

MARX, K. Mais-valia absoluta e relativa. In: MARX, K. O capital. Lisboa: Avante!, 2005. liv. 1. v. 2.

MEDEIROS, S. N. Clínica em psicodinâmica do trabalho com a unidade de operações aéreas do DETRAN: o prazer de voar e a arte de se manter vivo. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MENDES, A. M. Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico do trabalho. In: MENDES, A. M.; MORAES, R. D.; MERCO, A. R. C. (Org.). Trabalho & sofrimento: práticas clínicas e políticas. Curitiba: Juruá, 2014. p. 55-70.

MENDES, A. M. Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2007. 360 p.

MENDES, A. M. Prazer e sofrimento no trabalho qualificado: um estudo exploratório. 1994. 82 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

MENDES, A. M.; ABRAHÃO, J. I. A influência da organização do trabalho nas vivências de prazer-sofrimento do trabalhador: uma abordagem psicodinâmica. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 2, n. 26, p. 179-184, 1996.

MENDES, A. M.; ALVES, J. J.; FRANÇA, A. M. L. D. Análise da psicodinâmica do trabalho de taquígrafos parlamentares brasileiros. Pessoas & Sintomas, Braga, v. 15, n. 1, p. 8-17, 2011.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, K. R. Clínica da psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação. Curitiba: Juruá, 2012. 156 p.

MENDES, A. M.; DUARTE, F. S. Mobilização subjetiva. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Org.) Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho. Curitiba: Juruá, 2013. p. 259-262.



MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 141-156, 2009.

MERLO, A. R. C.; DORNELLES, R. A. N.; BOTTEGA, C. G.; TRENTINI, L. O trabalho e a saúde dos oficiais de Justiça Federal de Porto Alegre. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 101-113, 2012.

MOLINIER, P. A. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 33, n. 118, p. 6-16, 2008.

MOURA, P. M. F. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de atendimento ao público de servidores do judiciário no Amazonas. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

MÜLLER, D. Z. Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho de policiais militares do pelotão de operações especiais. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.



ONU. Declaração universal dos direitos humanos. New York: ONU, 1948. 6 p.

PEREZ, K. V. "Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali": clínica da psicodinâmica do trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PÉRILLEUX, T. O trabalho e os destinos políticos do sofrimento. In: MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M.; MORAES, R. D. (Org.) O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia. Curitiba: Juruá, 2013. p. 73-92.

PRADO JUNIOR, C. A história econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006. 365 p.

REIS, J. T. Manual prático de direito do trabalho. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007. 280 p.

ROSAS, M. L. M. Análise psicodinâmica do trabalho de professores de uma escola rural do município de Iranduba/AM. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.





ROSSI, E. Z. Análise clínica da organização do trabalho bancário e o processo de adoecimento por LER/DORT. In: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Org.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 381-395.

ROSSI, E. Z. Reabilitação e reinserção no trabalho de bancários portadores de LER/DORT: análise psicodinâmica. 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS-JUNIOR, A. V. Prazer e estratégias de mediação do sofrimento no trabalho em saúde mental em um centro de atenção psicossocial do Distrito Federal. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTOS- JUNIOR, A. V.; MENDES, A M.; ARAÚJO, L. K. R. Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por LER/DORT. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 3, p. 614- 626, 2009.

SELIGMANN-SILVA, E. Introdução. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Org.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. P. 13-19.

SILVA, M. C. S. Q.; MENDES, A. M. B. A prática em clínica psicodinâmica do trabalho como estratégia de promoção da saúde. Revista Tempus-Actas de Saúde Coletiva, Brasília, v. 6, n. 2, p. 195-207, 2012.

SZNELWAR, L.; UCHIDA, S. Ser auxiliar de enfermagem: um olhar da psicodinâmica do trabalho. Revista Produção, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 87-98, set./dez. 2004.

TRAESEL, E. S. A psicodinâmica do reconhecimento: sofrimento e realização no contexto dos trabalhadores da enfermagem de um hospital do interior do Rio Grande do Sul. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRAESEL, E. S.; MERLO, A. R. C. Trabalho imaterial no contexto da enfermagem hospitalar: vivências coletivas dos trabalhadores na perspectiva da

psicodinâmica do trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 40-55, 2011.

TRAESEL, E. S.; MERLO, A. R. C. A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de enfermagem. Psico, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 102-119, 2009.

VAN DER LINDEN, M. História do Trabalho: o Velho, o Novo e o Global. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1967. 233 p.

WOOD, E. M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 143 p.

## Da escravidão a servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil

### Resumo

Este artigo discute as relações entre a regionalização da Clínica Psicodinâmica do Trabalho, método de pesquisa-ação que surgiu na França, e características sociais, históricas, culturais e econômicas do trabalho no Brasil mediante um estudo bibliométrico. Foram encontrados 39 estudos publicados entre 1994 e 2013 em psicodinâmica do trabalho. Observam-se diferenças quanto à captação de demanda para realizar as práticas no país, assim como nos processos clínicos em função dos sintomas apresentados pelos participantes. Nota-se um efeito persistente da história de escravidão do país nas patologias atuais, sendo comum a tendência para a servidão voluntária, expressa na maneira que os trabalhadores têm acesso à prática da Clínica do Trabalho. A implicação do clínico do trabalho também como pesquisador tem se mostrado essencial para que a Clínica Psicodinâmica do Trabalho não se torne psicoterapia nem tampouco uma entrevista coletiva com fins de escrutinar os processos dinâmicos no trabalho no contexto brasileiro.

### Palavras-chave

Clínica Psicodinâmica do Trabalho. História. Servidão Voluntária.



# From slavery to voluntary servitude: prospects for the psychodynamical clinic of work in Brazil

## Abstract

This article discusses relationship between the regionalization of Clinic Psychodynamical of Work, an originally French method of research and intervention, and the social, historical, cultural and economic characteristics of the work in Brazil through a bibliometric study in 39 studies published between 1994 and 2013. We can observe differences regarding the uptake demand to hold practices in Brazil as well as in clinical processes according to the symptoms brought by participants. We also note a persistent effect of the historical process of slavery on the current conditions for Clinic of Work in Brazil, and voluntary servitude is a trend which can determine how workers have access to the practice of Clinic of Work. The implication of the clinician of work as well as a researcher has proven to be essential for Clinic of Work to not become psychotherapy either a collective interview for the purpose of scrutinizing the dynamic processes at work in the Brazilian context.

## Keywords

Clinic Psychodynamical of Work. History. Voluntary Servitude.

## De la esclavitud a la servidumbre voluntaria: perspectivas para la clínica psicodinámica del trabajo en Brasil

### Resumen

Este artículo discute la relación entre la regionalización de la Clínica Psicodinámica del Trabajo, método de investigación-acción, y las características sociales, históricas, culturales y económicas del trabajo en Brasil en un estudio bibliométrico en 39 trabajos publicados entre 1994 y 2013. Observanse diferencias en la captación de la demanda para realizar las prácticas en Brasil, así como en los procesos clínicos de acuerdo con los síntomas reportados por los participantes. Hay también un efecto persistente de la historia de la esclavitud en las condiciones actuales en el país, con tendencias para la servidumbre voluntaria, expresada sobre todo en la forma en que los trabajadores accesan a la práctica de Clínicas del Trabajo. La implicación del clínico del trabajo también como investigador ha demostrado ser esencial para que el trabajo clínico en Psicodinámica del Trabajo no se convierta en psicoterapia ni en entrevista colectiva con el propósito de único de examinar los procesos dinámicos en el trabajo.

### Palabras-clave

Clínica Psicodinámica del Trabajo. Historia. Servidumbre Voluntaria.



## Autoria

### Fernanda Sousa Duarte

Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Pesquisadora e Psicóloga no Sindicato dos Bancários de Brasília. E-mail: [nanda.sduarte@gmail.com](mailto:nanda.sduarte@gmail.com).

### Ana Magnólia Mendes

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora Associada da Universidade de Brasília. E-mail: [anamag.mendes@gmail.com](mailto:anamag.mendes@gmail.com).

### Endereço para correspondência:

Ana Magnólia Mendes. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Campus Universitário – ICC, Ala sul, Asa Norte, Brasília, DF, Brasil. CEP: 70862-010. Telefone: (+55 61) 31076918.

### Como citar esta contribuição

DUARTE, F. S.; MENDES, A. M. Da escravidão à servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 71-134, abr. 2015.



*Contribuição Submetida em 17 ago. 2014. Aprovada em 28 nov. 2014. Publicada online em 10 fev. 2015. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.*



**REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE**

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 3 | ABRIL | 2015 | ISSN: 2358-6311